

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: INCISO I DO ART. 25 DA LEI 8.666/93.

EMPRESA: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA, CNPJ: 72.381.189/0001-10

VALOR TOTAL: R\$ 425.350,56 (quatrocentos e vinte e cinco mil trezentos e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos).

RECURSOS: TRIBUNAL DE JUSTIÇA - **Unidade Orçamentária:** 040101. Natureza da Despesa: **39040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica - Fonte:** 118 - Recursos de Fundos Especiais - Classificação Funcional: 02.061.0015.2864 - 1º grau e 02.061.0015.2865 - 2º grau - Custeio das Unidades Administrativas e Judiciárias.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

RATIFICO, para que produza os efeitos legais, o processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** da lavra da CPL-2/TJ/PI, cuja finalidade foi levantar as razões e justificativas que conduziram os procedimentos para contratação direta, dos **SCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXTENSÃO DE GARANTIA "PROSUPPORT PLUS" PARA ESTAÇÕES DE TRABALHO (DESKTOP) E SOLUÇÃO DE ENCLOSURE E SERVIDORES BLADE DA MARCA DELL, CONTEMPLANDO MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS E SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, QUANDO NECESSÁRIO, ALÉM DE ATUALIZAÇÃO DE VERSÕES DE FIRMWARE ATÉ A DATA DE END-OF-SUPPORT (DATA QUE MARCA O FIM DO SUPORTE OFICIAL DO FABRICANTE) DOS EQUIPAMENTOS (MARÇO/2023), COM EXCEÇÃO DOS SWITCHES FORCE 10 SERIES QUE SERÃO DESCONTINUADOS PELA FABRICANTE EM FEVEREIRO/2022 E BROCADE 6505 COM SERVIÇO PSS BREAK AND FIX NBD ONSITE (PARA ESTES EQUIPAMENTOS A MANUTENÇÃO É SOMENTE PARA HARDWARE), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS (2172277), E ERRATA 31 (2328700) AO CITADO TR, PARA ATENDER O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ E SUAS UNIDADES JUDICIÁRIAS, com fundamento no inciso I do Artigo 25, da Lei nº 8.666/93, recepcionando o Parecer SCI Nº 15/2010 - PJPI/TJPI/SCI (2273831) e o Parecer SAJ Nº 960/2021 - PJPI/TJPI/SAJ (2288755), e acolhendo parcialmente o Parecer SAJ 1572 (2343481), em face da manutenção da subcontratação parcial prevista no item 3.13.2.32, subitem II da ERRATA 31 (2328700), conforme Decisão 3818/2021 (2356651), baseada na Manifestação STIC Nº 6439/2021 (2353969), Manifestação CPL-2 6466 (2354787) e Manifestação SECGER 6514 (2356648).**

AUTORIZO a contratação direta da empresa DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA, CNPJ: 72.381.189/0001-10, pelo Valor Total de **R\$ 425.350,56** (quatrocentos e vinte e cinco mil trezentos e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos), nos termos da Justificativa Nº 76/2021 - PJPI/TJPI/SLC/CPL2 (2255321) e da Manifestação Nº 6514/2021 - PJPI/TJPI/GABPRE/SECGER (2356648), considerando que restou configurada a situação de inexigibilidade de licitação.

DETERMINO, ainda, seja encaminhado, para publicação na imprensa oficial (Diário da Justiça TJ/PI), o extrato deste ato, como condição para sua eficácia, no prazo estabelecido no artigo 26, caput, da Lei nº 8.666/93.

CUMPRA-SE.

Documento assinado eletronicamente por **José Ribamar Oliveira, Presidente**, em 29/04/2021, às 14:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **2359380** e o código CRC **87B9DB0C**.

6.4. PUBLICAÇÃO/ RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2021 -

PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SLC/CPL2

Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 2/2021 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SLC/CPL2

PROCESSO SEI nº 21.0.000028964-4

REQUERENTE: SECRETARIA DA CORREGEDORIA - SECCOR.

OBJETO: CURSO GESTÃO DE CONTROLE INTERNO, realizado pela Empresa Prática Contabilidade e Assessoria Pública, Sítio Eletrônico: <https://www.eadsetorpublico.com.br/cursos/ver/gestao-do-controle-interno>.

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 25, II C/C ART. 13, VI DA LEI 8.666/93.

EMPRESA: PRÁTICA CONTABILIDADE E ASSESSORIA PÚBLICA (PRÁTICA TREINAMENTO LTDA) - CNPJ: 13.606.593/0001-86.

VALOR TOTAL: R\$ 800,00 (OITOCENTOS REAIS) para 02 (dois) servidores, considerando que o valor da inscrição individual é de R\$ 500,00 (Quinhentos reais) mas, em caso de 02 (dois) participantes é de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

RECURSOS: CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - **Unidade Orçamentária:** 040103. Natureza da Despesa: 339039 - Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica. **Fonte:** 0100. Classificação Funcional: 02.061.0015.2885.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

RATIFICO, para que produza os efeitos legais, o processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** da lavra da CPL-2/TJ/PI, cuja finalidade foi levantar as razões e justificativas que conduziram os procedimentos para contratação direta, para inscrição dos servidores SÉRGIO SANTIAGO DA SILVA, Analista Administrativo, Matrícula 27679 e LEONARDO CARVALHO MARTINS SALES, Analista Administrativo, Matrícula 27676, ambos lotados na Secretaria da Corregedoria, para participarem do CURSO GESTÃO DE CONTROLE INTERNO, com programação para os dias 15 e 16 de abril do corrente ano, conforme Programação Curso anexada aos autos (2321498), e Sítio Eletrônico: <https://www.eadsetorpublico.com.br/cursos/ver/gestao-do-controle-interno>, a ser realizado pela **Empresa Prática Contabilidade e Assessoria Pública (PRÁTICA TREINAMENTO LTDA) - CNPJ: 13.606.593/0001-86**, com fundamento no inciso II, Art. 25, da Lei nº 8.666/93, recepcionando o Parecer SCI Nº 41/2021 - PJPI/TJPI/SCI (2324166) e o Parecer Nº 1407/2021 - PJPI/CGJ/SECCOR/CONSULCGJ (2332792).

AUTORIZO a contratação direta da **Empresa Prática Contabilidade e Assessoria Pública (PRÁTICA TREINAMENTO LTDA) - CNPJ: 13.606.593/0001-86**, pelo valor total de **R\$ 800,00 (OITOCENTOS REAIS) para 02 (dois) servidores**, considerando que o valor da inscrição individual é de R\$ 500,00 (Quinhentos reais) mas, em caso de 02 (dois) participantes é de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), conforme proposta da empresa (2321498), reiterada no preâmbulo da Declaração empresa (2343911), nos termos da **Justificativa Nº 122/2021 - PJPI/TJPI/SLC/CPL2 (2322669)** e da **Decisão Nº 3482/2021 - PJPI/CGJ/SECCOR/CONSULCGJ (2332892)**, considerando que restou configurada a situação de inexigibilidade.

DETERMINO que seja anexada aos autos a Certidão Negativa de FGTS atualizada da empresa supramencionada, bem como a Declaração da empresa de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição, em atendimento à **recomendação do Parecer da SCI Nº 41/2021 - PJPI/TJPI/SCI (2324166)**, e ainda que extrato deste ato seja encaminhado para **publicação na imprensa oficial (Diário da Justiça TJ/PI)**, como condição para sua eficácia, no prazo estabelecido no art. 26, caput, da Lei nº 8.666/93.

CUMPRA-SE.

Documento assinado eletronicamente por **Fernando Lopes e Silva Neto, Corregedor Geral da Justiça**, em 26/04/2021, às 21:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **2338736** e o código CRC **4B207387**.

21.0.000028964-4